

## 5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A REALIDADE VIRTUAL<sup>1</sup>

Esta mesa sobre realidade virtual se inscreve num seminário que tenta pensar a sociologia no horizonte do século XXI. Para tentar ser fiel a ela e ao seminário, creio que talvez fosse preciso invocar a sociologia da tecnologia, isto é, a sociologia do universo das máquinas contemporâneas que intermedeiam as relações dos homens contemporâneos entre si e a natureza, universo tão abrangente e presente que chegou a ser chamado de segunda natureza. Mas para indagar como a sociologia da tecnologia pode abordar a realidade virtual no horizonte do século XXI, talvez seja melhor começar perguntando se o aparecimento de tal realidade tecnológica não afeta a própria noção de horizonte. Antes mesmo que uma disciplina procure compreender essa realidade no campo do saber, parece-me que deveríamos tentar perceber como a realidade virtual irrompe na realidade, deslocando horizontes.

Todos sabem que a realidade virtual é o resultado, já não tão experimental, da interação homem-computador. Como diz John Walker:

"Estamos no limiar da próxima revolução na interação usuário-computador: uma tecnologia que levará o usuário através da tela para o mundo 'dentro' do computador— um mundo no qual o usuário pode interagir com objetos tridimensionais cuja fidelidade vai aumentar à medida que cresce a potência da computação e progride a tecnologia de visualização. Esse mundo virtual pode ser tudo que o designer fizer".<sup>2</sup>

A realidade virtual é, portanto, a geração de um mundo a partir de uma relação homem-máquina, um mundo criado artificialmente, que o usuário, depois, pode "habitar". No início, "apenas" mentalmente... e visualmente; mas a meta é envolver todos os sentidos — como na relação sexual virtual que, há dois ou três anos, uniu Timothy Leary a uma japonesa num coito eletrônico em que Timothy se encontrava na Califórnia e sua parceira em Tóquio. A meta é permitir que nesse mundo criado artificialmente se possa gozar, sofrer, amar, sonhar, além de pensar. Um mundo alternativo.

O mundo de Mariko Ito, de 32 anos, moradora de Tóquio, usuária de Habitat, essa cidade japonesa de 10 mil habitantes, que não se encontra no mapa, porque é uma cidade virtual fabricada pela Fujitsu e lançada na rede Nifty-Serve, em 1990.<sup>3</sup> Mariko Ito "vai" à Habitat ciberespacial, por uma ou duas horas, todos os dias, porque, diz ela, "é fantástico, lá posso ser outra pessoa". Lá, Mariko pode escolher sua roupa, sua aparência e seu sexo, optando entre os 1.100 rostos possíveis, depois de ter se registrado como avatar, ou residente.

Atravessando o espelho da tela e entrando, do outro lado, num mundo ciberespacial, Mariko torna-se um avatar, isto é, uma reencarnação, ou uma metamorfose. Parece ficção, mas é realidade virtual. Com que parâmetros, então, considerar tudo isso?

---

<sup>1</sup> Texto apresentado na mesa-redonda "A Realidade Virtual", do Seminário "A Sociologia no horizonte do século XXI", no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, em 3 de maio de 1995, e publicado em Leila C. Ferreira (org.), *A sociologia no horizonte do século XXI*, São Paulo, Boitempo, 1997, pp. 113-21.

<sup>2</sup> John Walker, "Through the looking glass", w B. Laurel (org.), *The art of human-computer interface design*, Reading, Addison-Wesley, 1990, citado por B. Laurel, *Computer theatre*, Reading, Addison-Wesley, 1993, p. 186.

<sup>3</sup> S. Koizumi, "Cidade surge na tela do micro", *World Media* — Folha de S. Paulo, Especial 1, 13/4/1995, p. 17.

A ficção científica pode ser de grande valia para entender o que se passa no mundo da realidade virtual, se lembrarmos do que diz Philip K. Dick. Num texto instigante, intitulado "Minha definição de ficção científica",<sup>4</sup> o mestre do gênero se pergunta sobre o que ela pode ser:

"Antes de tudo, temos um mundo fictício: unia sociedade que não existe de fato, mas que é decorrente de nossa conhecida sociedade — isto é, nossa conhecida sociedade atual como ponto de partida para ela; de certo modo, a sociedade evolui a partir de nós mesmos, talvez ortogonalmente, como ocorre na história ou novela do mundo alternativo. É o nosso mundo deslocado por algum tipo de esforço mental do autor, nosso mundo transformado naquilo que não é ou ainda não é. Tal mundo deve diferir de algum modo do mundo dado, e esse modo precisa poder suscitar acontecimentos que não ocorreriam em nossa sociedade — ou em nenhuma sociedade conhecida do presente e do passado. Deve haver uma idéia coerente envolvida no deslocamento; isto é, o deslocamento deve ser conceituai, não trivial ou estranho — essa é a essência da ficção científica, aquele deslocamento conceituai! dentro da sociedade que faz com que uma nova sociedade seja gerada na mente do autor, transferida para o papel, e, a partir do papel, se dê como um choque convulsivo na mente do leitor, o choque do desreconhecimento".

O leitor que me perdoe tão longa citação, mas ela pareceu-me indispensável para nomear a operação que a existência da realidade virtual nos leva a fazer. Definindo a ficção científica, Philip K. Dick descreveu um processo muito semelhante ao da criação do mundo da realidade virtual; e, ao mesmo tempo, ao explicar por que o deslocamento conceituai é a essência da ficção científica, ensinou como captar esse mundo: registrando o choque do desreconhecimento e atentando para a diferença entre o nosso mundo e o mundo ciberespacial.

A realidade virtual existe como uma espécie de mundo alternativo povoado por avatares. Aceitar tal premissa já é sentir o impacto, o choque do desreconhecimento: de repente, é como se tivéssemos voltado a ser homens primitivos, acreditando em mundos paralelos. O superego reage, insistindo que isso é alienação; mas se nos submetêssemos à injunção do superego, e desqualificássemos nossa percepção, perderíamos a oportunidade de explorar o mundo ciberespacial em sua diferença. Assim, em vez de descartar o estranhamento, talvez seja melhor suspender o julgamento e se entregar ao deslocamento conceituai.

Suponhamos, então, que o mundo da realidade virtual é um mundo da ficção científica que está se concretizando como mundo paralelo dentro do nosso. O que isto pode significar? Primeiro, que a boa ficção científica pode, na verdade, ser literatura de antecipação; e, segundo, que a antecipação na ficção científica corresponde ao modo como o processo tecnológico se dá inicialmente durante a fase de invenção, antes de se concretizar de todo e passar a se incorporar enquanto realidade incontornável. Com efeito, tudo se passa como se a invenção literária da ficção científica e a invenção tecnológica da realidade virtual obedecessem a dinamismos análogos de antecipação, só se diferenciando em seus modos de expressão — pois ambas realizam um condicionamento do presente pelo futuro, pelo que ainda não existe, ambas operam uma influência do virtual sobre o atual. Como afirma o filósofo de técnicas Gilbert Simondon: "A invenção é uma apropriação do

---

<sup>4</sup> Philip K. Dick, "My definition of science fiction", in *The shifting realities of Philip K. Dick: Selected literary and philosophical writings*, organização e introdução Lawrence Sutin, Nova York, Pantheon Books, 1995, p. 99

sistema da atualidade pelo sistema das virtualidades, a criação de um sistema único e a partir desses dois sistemas".<sup>5</sup>

O mundo alternativo da realidade virtual não é, no entanto, o primeiro mundo fictício inventado pela tecnologia. Comentando o impacto sobre a sociedade contemporânea, Gianni Vattimo, em *A sociedade transparente*, observa que a proliferação de fantasmagorias pelo cinema, TV, rádio e vídeo suscitou uma tal erosão do próprio "princípio de realidade" que hoje, para nós, a realidade é mais o resultado do cruzamento, da contaminação das imagens, das interpretações, das múltiplas reconstruções que a mídia distribui.<sup>6</sup> Portanto, antes mesmo que o mundo alternativo da realidade virtual adviesse, o princípio de realidade entrara em crise — como se fosse necessário primeiro explodir a visão do mundo em múltiplas visões de mundo; e só num segundo momento fazer surgir a realidade virtual como uma ampliação da realidade.

O fato é que, como o mundo fictício da mídia, o mundo alternativo da realidade virtual está se instalando no mundo, e se infiltrando entre nós e o mundo. Mas em vez de ele aterrissar em nosso espaço, como imagens de televisão, muito ao contrário, parece que somos nós que nos alçamos até ele, o ciberespaço. Parece que somos nós que mudamos de dimensão... e, ao mudarmos, imitamos. Por enquanto, são só uns poucos privilegiados, como os usuários da Internet e os freqüentadores dos cafés da moda, em Paris, que se encontram para partir em "viagem" virtual a bordo de seus visores; mas quando milhões de consumidores no mundo inteiro tiverem acesso a essa tecnologia, a mutação deixará de se constituir como exceção, para tornar-se norma. E a realidade virtual vai tornar-se uma realidade para muita gente. A pergunta que se coloca, então, é: como vai ficar a nossa velha realidade, a realidade de nosso espaço habitual, em permanente contato com a realidade virtual, a realidade do ciberespaço?

O escritor de ficção científica William Gibson, que inclusive cunhou a expressão ciberespaço mostra, em *Neuromancer e Virtual Light*, a profusão de espaços e de tempos que se sucedem e se alternam quando a mente e o corpo passam a experimentar a mudança de dimensão. A relatividade do espaço-tempo se impõe na experiência cotidiana e, com ela, uma grande mudança de perspectivas. Se podemos ser "outra pessoa", como diz Mariko Ito, e se podemos ser tantas outras pessoas quantas quisermos, teremos perspectivas diferentes. E quem poderá afirmar que uma delas é mais adequada para a apreensão da realidade? Quem poderá garantir que esta é mais *realista* do que outra? Em nome de quê?

A apropriação do presente pelo futuro está nos transportando para um espaço-tempo relativo, espaço-tempo da invenção. Agora já em diferentes dimensões. A realidade ampliada desloca nossa realidade habitual, relativiza-a, abrindo-nos possibilidades novas — que podem ser boas ou ruins, mas serão certamente diferentes do que já experimentamos.

A relatividade do espaço-tempo da experiência cotidiana mina as nossas certezas a respeito da validade dos critérios a partir dos quais nos guiamos. O mundo atual passa a ser tão real quanto o mundo virtual? Ou é o mundo virtual que passa a ser tão real quanto o atual? A questão nos encerraria numa reflexão infinita, tão infinita quanto a imagem de dois espelhos colocados frente a

---

<sup>5</sup> G. Simondon, *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris, Aubier-Montaigne, 1969, p. 58.

<sup>6</sup> Gianni Vattimo, *La société transparente*. Paris, Deselée de Brouwer 1990, pp. 14-8.

frente. A questão está mal colocada, porque polariza os mundos, e só os diferencia negativamente, subordinando a realidade de um ou de outro. Na verdade, se pensarmos que mundo atual e mundo virtual são como dois tempos diferentes que se tornam contemporâneos, encontraremos um novo prisma a partir do qual procurar entender o advento da realidade virtual: *entre* o presente e o futuro. Nesse intervalo, a partir dele, talvez seja possível captar o sentido da transformação.

Tudo se passa como se, graças ao fantástico desenvolvimento da tecnologia, nosso velho mundo atual estivesse sendo progressivamente abandonado em troca do mundo da realidade virtual. A crônica das aplicações da eletrônica, da informática e das telecomunicações é um registro dessa espécie de transferência que setores inteiros da produção e da vida social estão empreendendo rumo ao ciberespaço. Cada vez mais empresas e indivíduos lidam com dados, informações e imagens que circulam pelas redes e fazem disso a sua atividade principal. Mas, excluindo-se os militares, nenhum setor da sociedade instalou-se tão intensamente no ciberespaço quanto o setor financeiro. A própria unificação dos mercados num mercado global não poderia ter ocorrido sem o desenvolvimento das tecnologias da informação.

O sistema financeiro internacional mudou-se para o ciberespaço, e talvez seja por isso que o mundo esteja sofrendo de grande instabilidade financeira. Diversos indícios apontam nessa direção. Antes de mais nada, cabe salientar que a transferência se manifesta mais visivelmente como desinteresse pela produção material e desistência do investimento produtivo: em cada 70 dólares que trocam de mãos nos mercados cambiais globais, *só um* paga por um comércio de bens ou serviços; muitas das maiores transações são especulativas:<sup>7</sup> é que os investidores tentam tirar vantagem de pequenas diferenças nas taxas de câmbio ou de pequenos diferenciais nas taxas de juros, medidos em frações de percentagem. Por isso, há especialistas pensando que a circulação do chamado *hot money* 24 horas por dia nas redes digitais determina muito mais o valor das moedas nacionais do que desequilíbrios comerciais.

Um outro indício a assinalar a transferência do sistema financeiro para o ciberespaço é a contratação de doutores em matemática e até astrofísicos que chegam a ganhar US\$ 1 milhão por ano<sup>8</sup> para produzirem os chamados derivativos, produtos financeiros vendidos nos mercados futuros por bancos, fundos e corretoras, que especulam com moedas, bônus e ações. Na verdade, como observa John Plender, os derivativos não são comercializados num mercado real: "Não há mercado real. Há em seu lugar complexas valorações feitas por computador baseadas em conjecturas sobre probabilidade, volatilidade e custos futuros".<sup>9</sup>

O megaespeculador George Soros, que em 1992 ganhou US\$ 1 bilhão apostando contra a libra, explica em seu livro *The alchemy of finance: Reading the mind of the market*<sup>10</sup> como concebe o mercado financeiro e por que tem tanto sucesso nele:

"[...] minha abordagem tem mais êxito na lida com os mercados financeiros do que com o mundo real. A razão se explica por si própria: os mercados financeiros funcionam

---

<sup>7</sup> Cf. "The power of global finance", *Resurgence*, n° 55, Penang, The Third World Network, mar. 1995, p. 18.

<sup>8</sup> J. Gapper, "Rocket scientist with a billion-dollar brain", *Financial Times*, 21-22/5/1994, p. 8.

<sup>9</sup> John Plender, "Through a market, darkly", *Financial Times*, 17/5/1994, p. 15.

<sup>10</sup> George Soros, *The alchemy of finance: Reading the mind of the market*, 2ª ed., Nova York, John Wiley & Sons, 1994, p. 304.

imperfeitamente como um mecanismo para a predição de acontecimentos no mundo real. Sempre há uma divergência entre as expectativas prevalecentes e o curso real dos acontecimentos. O sucesso financeiro depende da habilidade de antecipar as expectativas prevalecentes e não os desenvolvimentos do mundo real. Mas [...] minha abordagem raramente produz predições firmes até mesmo sobre o curso futuro dos mercados financeiros: ela é só uma moldura para entender o curso dos acontecimentos quando eles se desdobram. Se ela tem alguma validade, é porque a moldura teórica corresponde ao modo como alguns mercados financeiros operam. Isso significa que os próprios mercados podem ser considerados como quem formula hipóteses sobre o futuro e depois as submete ao teste do curso real dos acontecimentos. As hipóteses que sobrevivem ao teste são reforçadas; as que fracassam, são descartadas. A principal diferença entre mim e os mercados é que os mercados parecem se engajar num processo de ensaio e erro sem que os participantes tenham entendido completamente o que está ocorrendo, enquanto eu o faço conscientemente. Talvez seja por isso que minha *performance* é melhor do que a do mercado".

O comentário de Soros deixa evidente o descolamento do sistema financeiro e a transformação do mercado financeiro global num gigantesco cassino, onde quem ganha não é quem consegue prever o que vai acontecer, mas sim antecipar as expectativas que vão prevalecer diante do desenrolar dos acontecimentos. Por isso, a indústria dos derivativos é o reino dos modelos e das simulações, cujas arquiteturas são tão complexas que às vezes nem mesmo o *designer* tem completa certeza dos riscos envolvidos para o comprador ou o vendedor.<sup>11</sup> Um exemplo do grau que essa complexidade pode alcançar é o invocado pelo brasileiro Flávio Bartmann, uma das estrelas da corretora Merrill Lynch em Londres: o ponto alto de sua carreira até agora foi justamente a elaboração de uma proposta recomendando a uma outra instituição financeira a criação de uma unidade para negociar derivativos. A proposta, que procurava demonstrar por meio de gráficos, regressões e fórmulas matemáticas os riscos de diferentes portfólios em diferentes cenários, foi executada por uma rede de 32 computadores trabalhando durante uma semana para fazer cálculos.<sup>12</sup> Capital, quadros e tecnologia não faltam para a elaboração de modelos, simulações e cenários da indústria de derivativos; como diz Leo Melamed, o pai fundador dos mercados financeiros futuros de Chicago: "Fora das trocas formais o espaço para crescer só é limitado pela imaginação".<sup>13</sup>

A indústria de derivativos se desenvolveu na década de 1980, em resposta a dois dos maiores problemas dos bancos: a perda de clientes das grandes corporações depois da crise da dívida do Terceiro Mundo e o golpe na lucratividade de seus negócios tradicionais, em virtude da globalização dos mercados, da rápida mudança tecnológica e da desregulamentação financeira em todo o mundo. É o que dizem os especialistas, esquecendo-se, porém, de acrescentar que a fusão da informática com as telecomunicações viabilizou a unificação e a homogeneização do espaço econômico global, e que só a partir de então foi possível esquadrihar eletronicamente esse espaço e nele rastrear riscos e recursos que possam gerar valor.

Por meio da indústria de derivativos, o sistema financeiro global despede-se do mundo atual e rumo para o mundo virtual, o mundo do futuro, da invenção e da antecipação. Como se a riqueza

---

<sup>11</sup> Cf. "How derivatives work: a primer", *The New York Times*, 14/4/ 1994, p. 6.

<sup>12</sup> J. Gapper, op. cit., p. 8.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 15

estivesse abandonando a matéria e a energia, passando a valorizar eminentemente a informação, que deve ajudar a decifrar o futuro dos mercados e, em consequência, contribuir para a tomada de decisões no presente. Como escreve Mckenzie Wark:

"De modo significativo, os mercados futuros se desenvolveram primeiro para mercadorias agrícolas, e mais recentemente para instrumentos financeiros e títulos. O primeiro é o produto da natureza transformado num fluxo de mercadorias abstratas, quantificadas, o segundo é o produto do capital transformado num fluxo de informação abstraída, quantificada. O primeiro ocorre quando o mapeamento do mercado chega a cobrir o território, o segundo quando o mapeamento suplanta o território e o subordina ao mapa".<sup>14</sup>

É interessante notar que essa transferência para o ciberespaço coincide com a crise da dívida do Terceiro Mundo. Parece até que esta favoreceu o surgimento da indústria de derivativos. Com efeito, a crise da dívida foi "resolvida" convertendo-a em um novo tipo de mercadoria, uma *commodity* abstraída que pode ser negociada sob a forma de papéis, cuja existência de certo modo independe de suas conexões com projetos e ativos da esfera econômica. Mas não era só a dívida que poderia ser "securitarizada", para usar o jargão dos especialistas: no limite, qualquer forma de crédito pode sê-lo porque qualquer forma de crédito é uma antecipação de um processo por vir. Sob a forma de títulos, que os anglo-saxões denominam "seguranças", *securities*, a antecipação da dívida e do futuro passou, então, a ser negociada.

Ora, como observa Mckenzie Wark, um título desses é, num certo sentido, a mais abstraída, a mais desmaterializada das mercadorias. Seu grau de abstração, e daí sua utilidade, repousa por um lado em seu caráter negociável, e por outro em sua segurança. Esta é sua estranha tensão: a *security* deve ser ancorada ao máximo em ativos tangíveis da esfera econômica e, ao mesmo tempo, negociável ao máximo na esfera ciberespacial. Quanto mais líquida e segura é a *security*, mais prontamente negociável nos mercados; quanto mais líquida e segura, maior é o seu valor de uso, o valor de uso particularmente abstrato da segurança e da permutabilidade. Wark conclui:

"Pode-se dizer que esta é a mercadoria pós-moderna por excelência, pois sua utilidade consiste apenas em sua possibilidade de ser negociada por alguma outra coisa. Uma mercadoria cujo derradeiro valor é ser um outro valor...".<sup>15</sup>

Nas telas dos computadores, as posições dos derivativos mudam a cada minuto, o futuro modelando o presente. A evolução dos valores reflete evidentemente os riscos e recursos que transitam no espaço econômico, no mundo das mercadorias; mas reflete tanto, ou mais, o que se passa nas redes digitais, porque estas produzem *uma imagem* dos mercados em constante mutação, imagem que, por sua vez, afeta os valores dos papéis, ao permitir a imediata comparação da *performance* de cada um com a de todos os outros, suscitando reavaliações, depreciações e valorizações.

Nas telas dos computadores a imagem dos mercados vai estampando a contínua construção de uma outra espécie de mercado, o mercado ciberespacial, que atrai cada vez mais os capitais do inundo inteiro, lá onde tudo se organiza em função das exigências da imagem. De tal modo que o mercado

---

<sup>14</sup> Mckenzie Wark, *Virtual geography*, Bloomington/Indianapolis, Indiana University Press, 1994, p. 217.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 200.

não é mais aquele espaço onde valores foram criados e negociados, é este outro espaço no qual os valores foram transferidos de uma percepção para outra. Como escreve Wark:

"É propriedade privada numa forma mais pura, destacada da substância tangível, sensível, material — propriedade sem propriedades. E a propriedade privada mais fácil de ser privatizada porque lhe falta a forma substancial natural ou feita pela máquina."<sup>16</sup>

Soros, portanto, está certo ao concentrar seu olhar arguto sobre as expectativas que vão prevalecer, quando as telas dos computadores desenrolarem a imagem da evolução do mundo econômico real. Para ganhar, o especulador tem de ser especulativo, tem de interrogar a imagem e compreender o ponto de vista que ela suscita em relação ao real — método que Soros denomina "Teoria da Reflexividade".

Os valores foram transferidos de uma percepção para outra. Doravante, é preciso compreender essa transferência. O capitalismo passa a privilegiar o imaterial e o que é simbólico — como se diz, torna-se economia do sublime. E isso faz toda a diferença. Não é à toa que a característica principal do mercado financeiro global é a volatilidade, por todos reconhecida e temida, e da qual já deram mostras o *crash* das Bolsas de 1987, a evaporação de mais de US\$ 6 bilhões no ano passado [1994]... e agora a crise do México. Na transferência dos valores de uma percepção para outra, a riqueza se volatilizou ao passar a ser informação.

E preciso ir a Nova York, a Londres ou a Tóquio para se ter uma idéia de como a volatilização da riqueza afeta a vida das pessoas e as cidades. Quem nelas mora, trabalhando ou não (porque o desemprego e o subemprego são crescentes), vive nesse intervalo entre futuro e presente, entre espaço virtual e espaço real, por onde circula a riqueza em vias de volatilização. Vive-se no intervalo, mas de modo diferente, segundo se está em Wall Street ou debaixo da ponte do Brooklyn. *The Global City*, o livro de Saskia Sassen, sobre a ruptura que está se operando nessas três cidades a partir da hegemonia do mercado financeiro global, é um ótimo registro da precariedade que está tomando conta do mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que a instabilidade toma conta do mundo do capital.

Embora começasse considerando o processo sob uma perspectiva urbana, Sassen logo percebeu que a ótica deveria ser, no mínimo, interurbana, isto é, que procurasse focar a questão não do ponto de vista do chão mas do satélite, ou melhor ainda, da rede digital. Vistas de lá, Nova York, Londres e Tóquio se mostram de modo muito diferente, como cidades que tendem a se transformar na Cidade Global. Nesta, cada uma das cidades se especializa num dos três momentos que pontuam a realização dos investimentos globais: Tóquio emergiu como principal centro de exportação de capital; Londres, como o principal centro de seu processamento por meio dos Euromarkets e de sua vasta rede de bancos internacionais, ligando a cidade à maioria dos países; e, finalmente, Nova York emergiu como o principal receptor de capital, centralizando as decisões de investimento e a produção de inovações que podem maximizar a lucratividade.<sup>17</sup> A Cidade Global é, portanto, uma

---

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 191.

<sup>17</sup> Saskia Sassen, *The Global City: New York, London, Tokyo*, Princeton, Princeton University Press, 1991, p. 327.

cidade no ciberespaço, e não no espaço geográfico; e, como tal, vive num espaço-tempo relativo no qual o que acontece no horário comercial local é sempre referido ao que acontece no horário comercial dos outros dois centros, fazendo com que o capital, como as informações, gire e se transforme 24 horas por dia.

Nosso velho mundo atual está sendo progressivamente abandonado pelo mundo da realidade virtual. Transferindo os valores de uma percepção para outra, o sistema financeiro global mostrou que se transferiu para o ciberespaço. Os demais setores já procuram acompanhar, tentando acessar o mundo alternativo. Quando não só nossas mentes, mas também nossos corpos começarem a experimentar cotidianamente a mudança de dimensão, talvez descubramos que, sem perceber, já estávamos vivendo numa outra sociedade.

## 6. CONSUMINDO O FUTURO<sup>18</sup>

Há poucos dias, o Caderno Mais! publicou, entre as Cartas para as futuras gerações que a Unesco encomendou a personalidades mundiais, um texto de Nadine Gordimer intitulado "A face humana da globalização". Nele, a questão do consumo encontra-se no cerne das preocupações da escritora sul-africana, e de sua argumentação. É que, em seu entender, a globalização só seria efetivamente global se o desequilíbrio do consumo fosse corrigido, favorecendo o desenvolvimento sustentável para todos os habitantes do planeta.

Escreve Gordimer:

"O consumo descontrolado no mundo desenvolvido erodiu os recursos renováveis, a exemplo dos combustíveis fósseis, florestas e áreas de pesca, poluiu o ambiente local e global e se curvou à promoção da necessidade de exibir conspicuamente o que se tem, em lugar de atender às necessidades legítimas da vida. Enquanto aqueles de nós que fizeram parte dessas imensas gerações de consumidores precisam consumir menos, para mais de 1 bilhão de pessoas consumir mais é uma questão de vida ou morte e um direito básico — o direito de libertar-se da carência".<sup>19</sup>

Assim expressa a escritora o desequilíbrio básico que quase ninguém mais desconhece: o fato de 20% da população mundial consumir 80% dos recursos produzidos no planeta, enquanto o restante, composto por aqueles que o subcomandante Marcos qualifica de "descartáveis", sobrevive com as migalhas. O interesse de seu argumento, porém, consiste em vincular o consumo descontrolado à carência, unindo o destino de ricos e pobres em torno do excesso e da falta. Sua *démarche* lembrou-me o itinerário exemplar do militante socioambientalista Alan Durning, que começou estudando as razões que impelem os pobres do Terceiro Mundo a destruírem o ambiente e depois, remontando as conexões, acabou descobrindo que o problema do esgotamento dos recursos do planeta se encontrava no desperdício das camadas privilegiadas dos países do Norte. Num livro que interroga as razões e os limites da insaciabilidade consumista dos desenvolvidos, Durning escreve:

---

<sup>18</sup> Palestra realizada no Ciclo "Cotidiano/Arte: O Consumo", tio Centro Cultural Itaú, São Paulo, em 3 de janeiro de 2000, e publicada no Caderno Mais!, Folha de S. Paulo, 27/2/2000, pp. 4-8.

<sup>19</sup> Nadine Gordimer, "A face humana da globalização", Caderno Mais!, Folha de S. Paulo, 30/1/2000, p. 10.

"No início dos anos 90, os americanos médios consumiam, direta ou indiretamente, 52 quilos de materiais básicos por dia — 18 quilos de petróleo e carvão, 13 de outros minerais, 12 de produtos agrícolas, e 9 de produtos florestais. O consumo diário nesses níveis traduz-se em impactos globais que se equiparam às forças da natureza. Em 1990, as minas que exploram a crosta terrestre para suprir a classe consumista moveram mais terra e rocha do que todos os rios do mundo juntos. A indústria química produziu milhões de toneladas de substâncias sintéticas — mais de 70 mil variedades —, muitas das quais mostraram-se impossíveis de serem isoladas do ambiente natural. Os cientistas que estudam a neve da Antártida, os peixes de mares profundos e as águas subterrâneas encontram resíduos químicos feitos pelo homem".<sup>20</sup>

Os especialistas sabem que não se pode resolver a questão no pólo da carência sem tocar no do excesso porque já está demonstrado que o *american way of life* não pode se universalizar, pela simples razão de que não há recursos renováveis para tanto e nem o planeta agüenta. Até no Banco Mundial já se discutiu que o modelo é insustentável, e no entanto sua dinâmica prossegue mais atuante do que nunca. Nadine Gordimer lança um apelo às futuras gerações para que enfrentem o crônico problema do desequilíbrio da distribuição; no entanto, fica a pergunta: Será que faz sentido acreditar nessa possibilidade, e apostar numa globalização "com face humana"?

\*\*\*

A globalização parece ser a consagração máxima do capitalismo, a sua expansão tanto no plano macro quanto no micro a níveis até então inimagináveis. Ora, desde o início da década de 70,<sup>21</sup> Deleuze e Guattari já advertiam que o capitalismo vive da carência, que a falta é constitutiva do seu sistema de produção e consumo. Mas eles não estavam se referindo à carência por necessidade, que escraviza os pobres, e sim à carência no âmbito do desejo, que move o impulso do consumidor ocidental. Como se à miséria material dos pobres correspondesse a miséria libidinal dos ricos, habilmente manipulada pelas forças do mercado. Se isso é verdade, dada a penetração ao mesmo tempo global e molecular do capitalismo contemporâneo, faz sentido então pensar que a carência atinge agora uma dimensão gigantesca — buraco tanto maior na medida em que a crise ambiental dos anos 80 explicitou para as consciências os limites da exploração da natureza, e com eles, a insustentabilidade do crescimento econômico. Instaurou-se, assim, como que uma espécie de situação exasperante: pois no momento mesmo em que as forças do capitalismo penetravam em toda parte suscitando novas demandas, abrindo e aprofundando carências reais e imaginárias, ficava evidente que o sistema passara a ser excludente por não poder incorporar a todos no universo dos consumidores. O que, evidentemente, teve um grande efeito tanto nos que ficavam de fora quanto nos de dentro.

As promessas de que o desenvolvimento tecnocientífico iria permitir a inclusão progressiva de todos numa sociedade moderna esfumaram-se e só se mantêm no ar graças ao assédio permanente que as mídias e a publicidade fazem à mente dos espectadores. Ao fim da utopia socialista

---

<sup>20</sup> Alan Durning, *How much is enough? The consumer society and the future of the Earth*, Worldwatch environmental alert series, Londres, Earth-scan, 1992, pp. 92-3.

<sup>21</sup> Gilles Deleuze e Felix Guattari, *L'Anti-Oedipe*, Paris, Minuit, 19/2.

correspondeu o fim da tríade liberdade-igualdade-fraternidade que embasava política e ideologicamente a sociedade capitalista, tornando a integração na vida econômica e a ascensão social cada vez mais problemáticas. O progresso tecnocientífico, que no entender de Buckminster Fuller permitiria a definitiva superação do "ou eu ou você" pelo "eu e você", ampliou em vez de diminuir as distâncias entre as classes e entre os países. A lógica da sobrevivência se aguçou mais do que nunca com o acirramento da competição pelos recursos, pelo desenvolvimento tecnológico, pelos postos de trabalho, que a reestruturação produtiva foi tornando cada vez mais escassos. O darwinismo social legitimou e naturalizou o "ou eu ou você" intensificando a luta pela sobrevivência, agora ainda mais perversa com a introdução da questão da competência tecnológica. Com efeito, à "classe mundial" e à "classe virtual" passou-se a atribuir uma superioridade incontestável, que lhes confere ares de uma outra humanidade — o que, aliás, prepara o terreno para o melhoramento genético das elites, que inauguraria uma segunda linha de evolução da espécie humana, tal como é preconizado pelos entusiastas da biotecnologia e até mesmo por geneticistas respeitáveis.

\*\*\*

Mas deixemos de lado os excluídos — o que, no Brasil, sempre é bom lembrar, significa mais ou menos uns 70% da população —, pois embora imersos na carência criada pelo capitalismo, não participam do universo do consumo. Fiquemos apenas com a sociedade dos incluídos. O que se passa com eles?

Antes de mais nada, cabe ressaltar que com a consagração da aliança entre a tecnociência e a economia, e com o fim da política que dela decorre, os incluídos viram cada vez mais sua condição de cidadãos ser reduzida à de consumidores. A erosão dos direitos e do Direito corrói suas prerrogativas a ponto de atingir até mesmo o sacrossanto direito ligado ao consumo — pois como observou certa vez Walnice Galvão, o que sobrou foi o direito de consumir, não o direito do consumidor. Subordinada aos ditames do mercado, a cidadania só é concedida e reconhecida para aqueles que se encontram inseridos nos circuitos de produção e consumo; os outros passam a ser exilados no *no man's land*, engrossando a categoria dos *sem*: sem-terra, sem-teto, não-pessoas sociais, sujeitos monetários sem dinheiro, para usar a expressão de Robert Kurz. Socialmente, portanto, o direito de existir passa a coincidir com o direito de consumir.

Consumir não mais por necessidade, mas por ansiedade. Com efeito, se a identidade social de cada um se afirma na esfera do consumo e se paira no ar a incerteza quanto ao futuro e a ameaça de exclusão, como não vincular a estratégia do consumo à estratégia da sobrevivência? Consumir e sobreviver reforçam-se mutuamente. Pois tanto o consumo quanto a sobrevivência dependem do grau de inserção do sujeito na dinâmica acelerada imposta pela união da tecnociência e do capital global. Para sobreviver, bem como para consumir, é preciso correr contra a crescente obsolescência programada que as ondas tecnológicas e a altíssima rotatividade do capital reservam para pessoas, processos e produtos. Para sobreviver, bem como para consumir, é preciso se antecipar.

E aqui se encontra uma questão que talvez valha a pena considerar. A modernidade instaurara, como princípio supremo, a ruptura com os valores do passado e a consagração do novo e do inédito. Nesse sentido, o mundo moderno significou a desvalorização dos outros tempos, sacrificando a história em benefício do presente. O interesse pelo novo, pela novidade, pelo aqui e agora, e o

descarte do "velho", do tradicional manifestam-se em toda parte e nem precisam ser sublinhados. Mas a aceleração tecnológica e econômica é tal que até mesmo o atual acaba sendo ultrapassado: tudo o que é... já era. Nessas condições, como saciar o desejo de consumo, como preencher a falta se o que falta se furta à nossa satisfação, qualificando-se e desqualificando-se numa velocidade sobre-humana?

A aceleração tecnológica e econômica desloca o interesse pelo atual e pelo presente decretando, com tal deslocamento, o fim da modernidade. A atenção concentra-se não no que é mas no vir-a-ser. O olhar se volta para o futuro; melhor dizendo: para a antecipação do futuro. Quando na década de 80 a crise ambiental tornou patente a acelerada extinção das espécies vegetais e animais no Terceiro Mundo, os países ricos, temendo o desaparecimento dos recursos genéticos tão preciosos para o desenvolvimento de sua nascente indústria biotecnológica, apressaram-se em constituir bancos genéticos *ex situ* que pudessem assegurar-lhes acesso à biodiversidade do planeta. Quando as possibilidades de terapia gênica começaram a despontar, o projeto de descodificação do genoma humano desdobrou-se no projeto Diversidade do Genoma Humano, que ambicionava coletar fragmentos do patrimônio genético de todos os povos indígenas e tradicionais do mundo em vias de desaparecimento, para futuras aplicações farmacêuticas. Ainda não se sabia, e muitas vezes ainda não se sabe, o que fazer com tais recursos genéticos. O que importava, e importa, é a sua apropriação antecipada. A lógica de tais operações é a seguinte: os seres biológicos — vegetais, animais e humanos — não têm valor em si, como existentes; o que conta é o seu potencial.

A lógica que preside a conduta da tecnociência e do capital com relação aos seres vivos, agora transformados em recursos genéticos, é a mesma que se explicita em toda parte. Trata-se de privilegiar o virtual, de fazer o futuro chegar em condições que permitam a sua apropriação, trata-se de um saque no futuro e do futuro, como bem mostram essas novas operações com derivativos, produtos financeiros vendidos nos mercados futuros por bancos, fundos e corretoras que especulam com moedas, bônus e ações. "Não há mercado real", explica John Plender, no *Financial Times*, com respeito às transações de derivativos. "Há em seu lugar complexas valorações feitas por computador, baseadas em conjecturas sobre probabilidade, volatilidade e custos futuros."<sup>22</sup>

O deslocamento do atual para o virtual é fruto da extensa tecnologização da sociedade e da intensa digitalização de todos os setores e ramos de atividade. A "nova economia", economia do universo da informação, parece considerar tudo o que existe na natureza e na cultura — inclusive na cultura moderna — como matéria-prima sem valor intrínseco, passível de valorização apenas através da reprogramação e da recombinação. É como se a evolução natural tivesse chegado a seu estado terminal e a história tivesse sido "zerada", e se tratasse, agora, de reconstruir o mundo através da capitalização do virtual. Frederic Jameson já havia observado, em *Postmodernism, or, The cultural logic of late capitalism*, que o capitalismo estava penetrando no inconsciente e na natureza e colonizando-os; mas agora ele parece investir sobre toda criação, inclusive a criação da vida; assim, a nova economia buscaria assenhorear-se não apenas da dimensão da realidade virtual, do ciberespaço, como tem sido observado, mas também e principalmente, da dimensão virtual da realidade.

---

<sup>22</sup> John Plender, "Through a market, darkly", *Financial Times*, 17/5/1994, P. 15.

\*\*\*

Que papel tem o consumidor no processo de capitalização do virtual? Em vez do consumidor soberano moderno, sujeito de uma ação consciente que consuma a realização da mercadoria através da compra, encontramos o próprio consumidor transformado em mercadoria virtual. Isso mesmo: o sujeito tornou-se objeto; mas como foi dito antes, não um objeto presente, atual, e sim um objeto potencial cuja reação futura aos estímulos da rede agrega valor.

Como se dá essa fantástica operação? Bernard Spitz explica no *Le Monde* o que se passa:

"No passado os programas mais gerais, como os filmes de grande público e os principais acontecimentos esportivos, permitiam que os canais de TV atraíssem a audiência e portanto vendessem mais caro seus espaços publicitários, e em seguida, num segundo momento, explorassem a notoriedade desses programas vendendo produtos derivados. Agora, na economia da Net, a questão que se coloca para eles é captar o maior número de consumidores através da televisão ou de seu portal e oferecer uma vasta gama de serviços associados e de produtos sobre os quais poderão embolsar comissões. Assim, o campeão de futebol ou o herói de sitcom, não servem mais só para vender audiência, mas para serem o fator de diferenciação que vai atrair o cliente para outras formas de consumo. [...] Toda a questão da estratégia consiste em apostar na valorização do assinante; administrando o seu consumo, aprende-se a controlar as alavancas da demanda. O que é um assinante senão um cliente que tornou-se fiel a uma marca?".<sup>23</sup>

Apostar na valorização do assinante-consumidor e, administrando o seu consumo, controlar as alavancas da demanda — é exatamente isso que estão fazendo as "*dot-com*", as empresas da Internet que estão colonizando o ciberespaço e capitalizando o virtual através do conceito de marca. Em 1999, a "*dot-com mania*" tomou conta de Wall Street e a valorização das ações das empresas que vendem consumidores cativos foi mais do que espetacular. Candice Carpenter, presidente da *dot-com* iVillage, tornou-se multimilionária no dia em que sua empresa teve seus papéis lançados na bolsa. A estrategista de marketing vende mulheres consumidoras de 25 a 54 anos em seu *site* na rede.

Sylvie Kauffmann, jornalista do *Le Monde*, conta a saga de Candice Carpenter numa série de artigos que escreveu sobre "a nova economia americana". Carpenter trabalhava na America Online no início da Internet comercial, em 1994. Nessa época descobriu as comunidades minoritárias que se comunicavam através da rede; mas descobriu também que só 8% dos cibernautas eram mulheres. Convencida de que a participação feminina iria aumentar, decidiu criar um ambiente de marcas voltado para os setores que mais importam às mulheres: a família, o trabalho e a saúde. A iVillage foi criada em 1995; de lá para cá o *site* foi construindo parcerias estratégicas, incorporando comércio eletrônico, serviços financeiros, de viagem, de beleza, de maternidade, de gestão

---

<sup>23</sup> Bernard Spitz, "Nouvelle économie: la stratégie dès concernés", *Le Monde*, 18/1/2000, p. 14.

profissional, de saúde. Em setembro de 1999 a iVillage era líder em sua categoria, com 2,7 milhões de membros, 6 milhões de visitantes e um crescimento de tráfego de 14%.<sup>24</sup>

Na nova economia o futuro consumidor é uma mercadoria virtual. Mas uma mercadoria especial: não mais mercadoria que produz mercadorias, como nos tempos do velho Marx, mas sim mercadoria que consome mercadorias materiais e imateriais, tanto atuais quanto virtuais. Administrado consumidor cativo, controlar as alavancas da demanda é, portanto, a quintessência da estratégia de *marketing* e a ambição máxima de quem deseja direcionar o futuro, antecipando a sua realização. Não foi à toa que Deleuze escreveu, em seu profético texto "Post-Scriptum sobre as sociedades de controle":

"O serviço de vendas tornou-se o centro ou a 'alma' da empresa. Informam-nos que as empresas têm uma alma, o que é efetivamente a notícia mais aterradora do mundo. O marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente de nossos senhores".<sup>25</sup>

\*\*\*

Estaríamos nós condenados à condição de consumidores cativos? Se não, a que corresponderia, no campo dos incluídos, o direito de libertar-se da carência de que fala Gordimer, a respeito dos despossuídos? Parece-me que tanto numa ponta quanto na outra já não se trata mais de esperar pelo reconhecimento e a efetivação de direitos, visto que a própria evolução do capitalismo contemporâneo está se encarregando de destituir a cidadania em todas as frentes. No campo dos incluídos, a libertação da carência talvez não seja uma questão jurídico-política: não há como voltar para trás para restaurar a cidadania perdida, nem como almejar a sua construção, lá onde ela foi interrompida. Tanto os incluídos quanto os descartáveis encontram-se nus, face ao futuro. Como vimos, para uns e outros, o capitalismo contemporâneo reserva um futuro de carência, de falta, de ansiedade e de antecipação. Mas por mais intensa que seja a sua devoração do tempo, o capitalismo não dá conta de controlar todo o futuro, de abarcar todos os devires. O jogo não acabou.

No livro *Finite and infinite games*, James Carse diz o seguinte sobre o jogo:

"Há pelo menos dois tipos de jogos. Um pode ser chamado de finito, o outro de infinito. Um jogo finito é jogado com o propósito de se ganhar, mas joga-se um jogo infinito com o propósito de continuar o jogo. (...) Um jogador finito é adestrado não só para antecipar cada possibilidade futura, mas para controlar o futuro, para impedir que este altere o passado. O jogador infinito joga esperando ser surpreendido. Se não há mais surpresa, todo o jogo acaba. A surpresa causa o fim do jogo finito e, ao contrário, é a razão pela qual o jogo infinito continua. Considerando que os jogadores finitos são adestrados a impedir que o futuro altere o passado, devem esconder seus lances. Mas como o jogador infinito está apto a ser surpreendido pelo futuro, joga em completa abertura. Abertura, aqui, não significa candura, mas sim vulnerabilidade (fragilidade). Não se trata de expor a sua identidade imutável, de expor o verdadeiro *self*, mas sim de expor-se a um crescimento contínuo, de expor o *se/f* dinâmico que ainda não é *self*. O jogador infinito não se limita a comprazer-se com a surpresa, mas sim espera ser transformado. Estar preparado contra a surpresa

---

<sup>24</sup> Sylvie Kauffmann, "Candice Carpenter, l'entrepreneur '.com'". *Le Monde*, 27/1/2000, p. 12.

<sup>25</sup> G. Deleuze, *Conversações*, trad. de Peter Pál Pelbart, São Paulo, Editora 34, 1992, p. 224.

significa ser adestrado. Estar preparado para a surpresa significa ser educado. Não existem regras que obriguem a obedecer as regras. Se assim fosse, então deveria existir uma regra para essas regras e assim por diante".<sup>26</sup>

O jogo não acabou, não acaba nunca — continua em outro plano, em outro paradigma, em outro espaço-tempo. Não há por que deixar-se deprimir com as novas regras da sociedade de controle e da "nova economia"; talvez seja melhor descobrir como, no jogo infinito, elas podem ser desreguladas.

## **7. LIMITES E RUPTURAS NA ESFERA DA INFORMAÇÃO<sup>27</sup>**

No dia 1<sup>28</sup> de julho último, o jornal Los Angeles Daily News publicou um artigo de David Bloom intitulado: "Internet oferece voyeurismo em tempo integral". Nele o jornalista relata como a vida privada pode hoje não ser simplesmente vivida, mas exposta e encenada para um público de telespectadores que não se contenta mais com os programas de realidade na televisão, nem com o sexo ao vivo dos sites de pornografia, mas quer agora poder assistir à vida em tempo real.

Aprendemos então que há vários sites de *Lifecam*, com nomes sugestivos: *AspiringActresses.com*, *Crushedplanet.com*, *TheRealHouse.com*, *CoupleTV.com*, *FirstApartment.com*. Neles, jovens que querem sair do anonimato, exibicionistas, gente em busca de uma experiência diferente, estudantes, aceitam viver suas vidas para as câmeras da web e interagir com os fãs em troca de parte da renda paga por assinantes mensalistas, dividida com os proprietários dos *sites*. Dá para pagar algumas contas e não precisar "ter que ser garçonnete sete noites por semana" — declara Lisa Nowicki, cujo cotidiano é bisbilhotado diariamente por cerca de 4 mil espectadores de todo o mundo que, segundo o proprietário do site, mantêm uma janela aberta em seus computadores para monitorar o que está acontecendo na vida dela, enquanto vivem as suas próprias.

À experiência de Lisa e de tantos outros exibicionistas da rede, valeria a pena acrescentar a de June Houston, relatada pelo jornal *Le Monde* (em 18 de novembro de 1997) e analisada por Paul Virilio em *La bombe informatique*. Como conta o pensador das tecnologias, essa americana de 25 anos instalou catorze câmeras em pontos estratégicos de sua casa para lutar contra os fantasmas que parecem assombrá-la. Tais câmeras estão ligadas e conectadas à rede para captar e transmitir aos visitantes do site Fly Vision as aparições que porventura vierem a se manifestar. Graças a uma janela interativa, os "espreitadores de fantasmas" podem alertar por e-mail a presença de algum "ectoplasma". "É como se os internautas se tornassem meus vizinhos, testemunhas do que acontece comigo", diz June Houston, acrescentando: "Não quero que as pessoas venham fisicamente ao meu espaço. Não podia portanto receber ajuda externa, até que compreendi o potencial da Internet".<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> James Carse, *Finite and infinite games*, Nova York, Ballantine Books, 1986. Citado por Franco Berardi ("Bifo"), *Exit: Il nostro contributo all'estinzione della civiltà*, Milão, Costa & Nolan, 1997, pp. 155-6

<sup>27</sup> Conferência apresentada na 52a Reunião da SBPC, realizada na Universidade Nacional de Brasília, dia 13 de julho de 2000, e publicada no número sobre Ciência e Tecnologia da revista São Paulo em Perspectiva, vol. 14, n° 3, São Paulo, Fundação Seade, 2001, pp. 32-9.

<sup>28</sup> David Bloom, "Internet oferece voyeurismo em tempo integral", Los Angeles Daily News, 1/7/2000, The New York Times News Service em português ([www.uol.com.br](http://www.uol.com.br)), trad. de Déborah Weinberg.

<sup>29</sup> Paul Virilio, *La bombe informatique*, Paris, Galilée, 1998, p. 70.

E evidente que, aqui, não se trata de transformar o lar num palco para a encenação da vida privada; mas sim, como bem percebeu Paul Virilio, de torná-lo objeto de uma televigilância diferente daquela a que estamos habituados. Com efeito, diz o pensador da tecnologia, não se trata mais de se precaver contra a intrusão de ladrões, mas de compartilhar as angústias e os medos com toda uma rede graças à superexposição do local onde se vive. Na verdade, segundo Virilio, estamos diante da emergência de um novo tipo de TELE-VISÃO cujo objetivo não é mais informar ou divertir a massa de telespectadores, mas expor e invadir o espaço doméstico com uma nova iluminação capaz de revolucionar a noção de vizinhança. "Gracas a esta iluminação em 'tempo real'", escreve Virilio,

"o espaço-tempo do apartamento de cada um torna-se potencialmente comunicante com todos os outros, e o medo de expor sua intimidade cotidiana dá lugar ao desejo de a super-expor aos olhares de todos, fazendo com que a tão temida vinda dos 'fantasmas' seja para June Houston apenas um pre-texto para a invasão de seu domicílio pela 'comunidade vir-tual' dos inspetores, dos investigadores furtivos da Internet."<sup>30</sup>

Virilio vê nessa espécie de luz indireta, que devassa todos os cantos da vida cotidiana de June Houston e de todos os exibicionistas da Internet, a expressão de um processo mais amplo, generalizado, de superexposição de todo tipo de atividade, no mercado global. Como se tudo precisasse ser mostrado e propagandeado incessantemente, como se tudo pudesse ser observado e comparado a todo momento. "Hoje", comenta Virilio,

"o controle do ambiente suplanta [...] em larga medida o controle social do estado de direito e, para tanto, deve ins-taurar um novo tipo de transparência: a transparência das aparências instantaneamente transmitidas a distância..."<sup>31</sup>

A nova tele-vigilância e esse novo tipo de transparência não se exercem porém unicamente através da transmissão de imagens digitalizadas das pessoas e de seu ambiente doméstico, controlados a distância. Há um modo muito mais sutil e perverso da vigilância eletrônica violar a privacidade, método que prescinde da instalação de câmeras no espaço domiciliar e até mesmo do consentimento do vigiado que se encontra superexposto. Trata-se do cruzamento e processamento dos dados que cada um de nós gera ao entrar, sair e transitar nos diversos sistemas informatizados e nas diversas redes que compõem a vida social contemporânea.

Diferentemente dos exemplos mencionados anteriormente, o que será invocado agora para explicitar esse controle a distância foi extraído de *Idoru*, o último livro de ficção científica de William Gibson. A escolha desse exemplo fictício é propositada: o que interessa é perceber através de um caso-limite a lógica de um processo que se encontra em franca, e aparentemente irrefreável, expansão.

Colin Laney, o personagem central de *Idoru*, é um internauta que gosta de ver a si mesmo como pesquisador. Mas não é um voyeur. O narrador descreve-o da seguinte maneira:

---

<sup>30</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 72.

"Tinha uma aptidão peculiar para a arquitetura de compilação de dados e um déficit de atenção documentado medicamente que ele conseguiu transformar, sob certas condições, num estado de hiperfocalização patológica. Isso fazia dele [...] um pesquisador extremamente competente, [...] O dado relevante [...] era o fato de ele ser um pescador intuitivo de padrões de informação: do tipo de assinatura que um indivíduo inadvertidamente cria na rede na medida em que vai dando seguimento ao ofício mundano e, no entanto, infinitamente multiplex, de viver numa sociedade digital. O déficit de atenção de Laney, pequeno demais para ser registrado em algumas escalas, fazia dele um zapeador natural de canais, indo de programa a programa, de um banco de dados a outro, de plataforma a plataforma, de um modo, bem... intuitivo".<sup>32</sup>

Laney é, portanto, mais do que um navegador competente; ele conjuga seu conhecimento dos processos informacionais a um déficit de atenção que na verdade é um ganho. Assim como o psicanalista, que ouve seu paciente com a atenção flutuante e por isso mesmo capta intuitivamente na trama da fala a falha de seu discurso e a irrupção do desejo, Laney, zapeando na esfera digital, focaliza no cruzamento dos padrões e na teia dos dados uma peculiaridade informacional, a diferença qualitativa que confere novo relevo ao conjunto e conduz o investigador a túneis de informação "que poderiam ser seguidos até um outro tipo de verdade, outro modo de saber, bem no fundo de minas de informação". A tais singularidades, o internauta chama "pontos nodais".

É importante sublinhar que Laney trabalha para um programa na rede, um certo tipo de noticiário que faz e desfaz celebridades para um público perpetuamente faminto da sua vida íntima; na verdade, uma versão hiper *high-tech* dessa imprensa sensacionalista que está crescendo e proliferando no Brasil. Ali o internauta integra a equipe que se dedica aos aspectos mais privados das vidas dos ricos e famosos; e no exercício de sua função, uma coisa começa a ficar clara para Laney: a mulher que ele televisgia descobre que está sendo controlada. Escreve o narrador:

"Alison Shires *sabia*, de alguma forma, que ele estava lá, observando. Como se ela pudesse senti-lo olhando para o mar de dados que eram um reflexo da sua vida: sua superfície feita de todos os pedaços que formavam o registro diário de sua vida à medida que ficava registrada na tessitura digital do mundo. Laney viu um ponto nodal começando a se formar a partir do reflexo de Alison Shires. Ela ia cometer suicídio".<sup>33</sup>

O trecho acima merece algumas considerações. Em primeiro lugar, convém notar que Laney não vê diretamente nem a imagem nem a performance de Alison Shires, mas sim o diagrama, isto é, as linhas de força e as tendências que se desenham a partir do processamento dos dados que ela vai gerando enquanto vive. Laney faz uma leitura desse diagrama, que torna a vida de Shires transparente para o internauta. Escreve o narrador:

"Ele nunca a havia encontrado, ou falado com ela, mas acabara conhecendo-a, ele achava, melhor do que alguém já a conhecera ou conheceria. Maridos não

---

<sup>32</sup> William Gibson, *Idoru*, trad. de Leila de Souza Mendes, São Paulo, Conrad, 1999, p. 32

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 46.

conheciam suas esposas deste jeito, ou esposas a seus maridos. Espreitados podiam aspirar a conhecer os objetos de suas obsessões desse modo, mas nunca conseguiam".<sup>34</sup>

A vida de Shires tornara-se transparente, mas segundo esse novo tipo de transparência apontado por Virilio: a transparência das aparências instantaneamente transmitidas à distância. Laney olha o mar de dados que refletem a vida de Shires, olha essas aparências que são instantaneamente transmitidas a distância, à medida que vão sendo registradas na tessitura digital do mundo. Laney olha e lê — e é a leitura que faz das aparências transparência, é a leitura que torna cristalina a evolução de uma vida, é a leitura que anuncia através de um ponto nodal a inflexão dessa vida rumo à morte.

Para entender melhor o que estou querendo dizer, talvez convenha reproduzir as palavras do narrador quando descreve como Laney trabalha:

"O ponto nodal estava diferente, embora ele não tivesse linguagem adequada para descrever a mudança. Peneirou os incontáveis fragmentos que haviam se aglutinado ao redor de Alison Shires em sua ausência, procurando a fonte de sua convicção anterior. Baixou as músicas que Alison havia acessado enquanto ele estivera no México, tocando cada música na ordem em que ela as havia selecionado. Descobriu que as escolhas haviam ficado mais positivas; ela havia mudado para um novo provedor, Upful Groupvine, cujo produto incansavelmente positivo era o equivalente musical do *Good News Channel*. Cruzando as despesas dela com os registros de sua financeira e seus clientes varejistas, obteve uma lista de tudo o que havia comprado na última semana".<sup>35</sup>

Combinando intuição e análise dos padrões informacionais gerados nas compras, no consumo de músicas ou na mudança de provedor, Laney capta mínimas mudanças na conduta e no estado de espírito da mulher que observa. É claro que estamos diante de um caso-limite. Mas talvez não fosse exagerado afirmar que esse é o horizonte almejado e pouco a pouco construído pela crescente co-colonização das redes e a acelerada integração dos bancos de dados.

\*\*\*

Alison Shires intui que está sendo observada; e Laney intui que ela intui. Mas quantos são como ela? A inocência do usuário do ciberespaço, e principalmente do usuário brasileiro, que frequentemente nem sabe da existência dos cookies, esses pequenos bits de software plantados em seu computador para coletar parte de seus dados pessoais, só encontra paralelo na ignorância generalizada sobre a relação estreita que se estabelece entre o controle do acesso à esfera digital e o controle do acesso às informações do usuário.

Todos sabem que o capitalismo passa por uma verdadeira mutação, em virtude da aceleração tecnocientífica e econômica que tomou conta do planeta e se converteu em estratégia de dominação, em escala global. Diversos termos tentam enunciar essa passagem e capturar os sinais dos novos tempos: era da informação, sociedade pós-industrial, pós-modernidade, revolução eletrônica,

---

<sup>34</sup> Ibidem, pp. 53-4.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 53

sociedade do espetáculo, globalização etc. Por outro lado, todos pressentem que a cultura contemporânea está sendo rapidamente desmaterializada, isto é, digitalizada e reelaborada na esfera da informação. Analisando o processo no campo artístico, Mark Dery, por exemplo, considera que a cibercultura está prestes a atingir a "velocidade de escape", essa velocidade em que um corpo vence a atração gravitacional de outro corpo, como por exemplo uma nave espacial quando abandona a Terra. Em outras palavras: Dery pensa que a cibercultura está prestes a romper o limite que a prende ao mundo geográfico, mundo da matéria. Como se o mundo virtual se desprendesse do mundo atual, ganhando dinâmica própria.<sup>36</sup>

Entre as muitas propostas de leitura do que está ocorrendo, há uma, recentíssima, que busca compreender o impacto da aceleração econômica e tecnocientífica na relação fundamental da sociedade capitalista moderna: a relação de propriedade. Trata-se do livro de Jeremy Rifkin, *The age of access*, que explora as tendências suscitadas pelo processo de digitalização no que está sendo chamado de "nova economia".

Rifkin descobre que o papel da propriedade está mudando radicalmente e considera que as implicações de tal mudança para a sociedade são enormes e de longo alcance. No seu entender,

"A propriedade é uma instituição lenta demais para ajustar-se à velocidade quase aberrante da cultura do nanossegundo. A propriedade se baseia na ideia de que a posse de um bem físico ou de parte de uma possessão num extenso período de tempo tem valor. Ter', 'manter', e 'acumular' são conceitos cultivados. Agora, entretanto, a velocidade da aceleração tecnológica e o ritmo vertiginoso da atividade econômica frequentemente tornam a noção de propriedade problemática. Num mundo de produção flexível, de contínuas inovações e upgrades, e de ciclos de vida da produção cada vez mais curtos, tudo se torna quase imediatamente ultrapassado. Faz cada vez menos sentido ter, manter e acumular numa economia em que a mudança é a única constante".<sup>37</sup>

Na estratégia da aceleração parece que não vale mais a pena possuir. Com efeito, observando a *performance* das empresas e a conduta dos consumidores, Rifkin percebeu que tanto as primeiras quanto os últimos tendem cada vez mais a substituir a propriedade pelo acesso, a substituir a relação de compra e venda pela relação de fornecimento e uso. Isto não significa, porém, que a propriedade seja questionada, ou abolida, na nova era que Rifkin anuncia, a Era do Acesso: a propriedade continua existindo, mas é muito menos provável que seja trocada em mercados. Em vez disso os fornecedores, ou provedores, como se diz na nova economia, mantêm a propriedade e alugam, fazem leasing ou cobram uma taxa de admissão, uma assinatura, uma mensalidade para o seu uso no curto prazo. A transferência de propriedade entre vendedores e compradores dá então lugar ao acesso, a curto prazo, entre provedores e clientes operando numa relação de rede.<sup>38</sup>

Rifkin define os novos tempos da seguinte maneira:

---

<sup>36</sup> Mark Dery, *Velocidad de escape: La cibercultura eu el final dei siglo*, trad. de Ramón Montoya Voz.mediano, Madri, Sirucla, 1998.

<sup>37</sup> Jeremy Rifkin, *The age of access: The new culture of hypercapitalism, where all of life is a paid-for experience*, Nova York, Jeremy P. Tarcher/Putnam, 2000, p. 6.

<sup>38</sup> Ibidem, pp. 4-5.

"A Era do Acesso é definida, acima de tudo, pela crescente transformação de toda experiência humana em mercadoria. Redes comerciais de toda forma ou tipo tecem uma teia em torno da totalidade da vida humana, reduzindo cada momento da experiência vivida à condição de mercadoria. Na era do capitalismo proprietário, a ênfase recaía na venda de bens e serviços. Na economia do ciberespaço, a transformação de bens e serviços em mercadorias torna-se secundária face à transformação das relações humanas em mercadorias. Numa nova e acelerada economia de rede em permanente mudança, prender a atenção dos clientes e consumidores significa controlar o máximo possível do seu tempo. Passando das unitárias transações de mercado, que são limitadas no tempo e no espaço, para a mercantilização de relações que se estendem abertamente no tempo, a nova esfera comercial garante que parcelas cada vez maiores da vida diária fiquem presas no final da linha".<sup>39</sup>

Com a Era do Acesso ocorre, portanto, uma mudança de perspectiva que traz para o centro da atividade econômica o controle do tempo do consumidor. O consumidor não é mais um alvo do mercado, ele torna-se o próprio mercado, cujo potencial é preciso conhecer, prospectar e processar. Pois como argumentam os consultores de marketing Don Peppers e Martha Rogers, não se trata mais de tentar vender um único produto para o maior número possível de consumidores, mas sim de tentar vender para um único consumidor o maior número possível de produtos, durante um longo período de tempo. Em outras palavras, é preciso poder acessar o consumidor e torná-lo cativo.<sup>40</sup>

Tendo em vista a nova perspectiva que se abria, os economistas e marqueteiros começaram a calcular a existência do consumidor, concebendo-a em termos de experiências de vida traduzíveis em potenciais experiências de consumo. É o que denominam "valor do tempo de vida", uma medida teórica de quanto vale um ser humano se cada momento de sua vida for transformado em mercadoria de uma ou outra maneira. Visando calcular o valor do tempo de vida de um consumidor, projeta-se então o valor presente de todas as futuras compras contra os custos de marketing e de atendimento investidos para criar e manter uma relação duradoura. Assim, estima-se, por exemplo, que a fidelidade de um consumidor médio de um supermercado norte-americano vale mais de US\$ 3.600 por ano. Otimizar o potencial valor do tempo de vida do consumidor passa então a ser a prioridade máxima. Ora, é aqui que a informação torna-se uma arma fundamental. Pois como escreve Rifkin,

“as novas tecnologias de informação e de telecomunicações da economia de rede tornam possível determinar o valor do tempo de vida de uma pessoa. O feedback eletrônico e o código de barras permitem que as empresas recebam continuamente informação atualizada sobre as compras dos clientes, fornecendo perfis detalhados dos estilos de vida dos consumidores — suas preferências alimentícias, guarda-roupa, estado de saúde, opções de lazer, padrão de suas viagens. Através de apropriadas técnicas de modelização computadorizada, é possível utilizar essa massa de dados brutos de cada indivíduo para antecipar futuros desejos e

---

<sup>39</sup> Ibidem, p. 97.

<sup>40</sup> Citado por J. Rifkin, op. cit., p. 98.

necessidades e mapear campanhas direcionadas para engajar os consumidores em relações comerciais de longo prazo".<sup>41</sup>

Controlar os consumidores e, principalmente, monitorar as potencialidades de cada uma das dimensões de suas vidas tornam-se uma exigência do próprio processo, impondo a coleta e o tratamento de informações. Ora, se lembrarmos que uma parcela cada vez maior da vida e das atividades do homem contemporâneo tende a passar pelas redes, quem mais bem colocado para acessar os seus dados senão os provedores de acesso ao ciberespaço? Como observa Emílio Pucci, é preciso ter em mente que, se por um lado as redes oferecem um enorme fluxo de informações no sentido provedor-usuário, por outro, preciosíssimos fluxos partem deste último para o gestor do serviço, compostos sobretudo de dados relativos aos hábitos e à identidade dos utilizadores.<sup>42</sup> Por outro lado, se acessar e processar as informações dos usuários é quase uma decorrência natural das atividades dos provedores, a recíproca não é verdadeira: é muito difícil que o internauta comum tenha meios de acessar as informações das empresas que não estão destinadas à divulgação.

Desde que se explicitou a estreita relação entre acesso ao ciberespaço e acesso aos dados do usuário, temos assistido a um duplo movimento. No plano econômico instaurou-se a corrida do capital global pelo controle e colonização das redes, estratégia que consistiu num primeiro momento em promover a privatização das telecomunicações para, numa segunda fase, assegurar a privatização de todo o campo eletromagnético, o que está em vias de acontecer. Mas por outro lado, no plano jurídico-político, a possibilidade de extensa e intensa exploração das informações relativas ao usuário colocou em questão o impacto das novas tecnologias sobre a cidadania e a democracia, na medida em que ficaram abalados o direito à privacidade e a liberdade de informação.

Alguns atribuem à ameaça da cidadania e da democracia a responsabilidade pelas discussões sobre a criptografia, o *clipper chip* e a assinatura eletrônica; outros acreditam que a questão da segurança, do sigilo e da proteção dos dados no ciberespaço interessa principalmente às empresas, porque transações confiáveis com o dinheiro eletrônico exigiriam um "sujeito virtual autêntico".<sup>43</sup>

Qual é a vulnerabilidade do cidadão brasileiro diante do poder das grandes corporações e do Estado de acessarem e manipularem seus dados capturados nas redes digitais?

O artigo 5º da Constituição protege a privacidade e a liberdade de informação: o inciso X declara invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas; o XI, sua casa; o XII, o sigilo de sua correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas; o XIV assegura a todos o acesso à informação e resguarda o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; o XXXIII garante a todos o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Por sua vez, a Declaração Universal dos Direitos do Homem afirma em seu artigo 12:

---

<sup>41</sup> Ibidem, p. 99.

<sup>42</sup> Emílio Pucci, "Il mercato dell'interattività", in Franco Berardi ("Bifo") (org.), *Cibernauti: Internet e il futuro della comunicazione*, Roma, Castelvecchi, 1995, p. 48.

<sup>43</sup> Cf. Oscar Marchisio, "Cyberbucks e identità", in Franco Berardi (org.), *Cibernauti: Tecnologia, comunicazione, democrazia*, Roma, Castelvecchi, 1996, p. 143 ss.

"Ninguém será sujeito a interferência na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques".

Finalmente, seu art. 19 enuncia:

"Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber ou transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras".

A estes dispositivos legais, veio acrescentar-se, em julho de 1996, uma lei que regulamenta o inciso XII do artigo 5º da Constituição, mais especificamente a interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática. Mas tal lei, que visava principalmente a questão da escuta telefônica, nada diz sobre todas as ações e práticas que são objeto de nossa atenção nesta conferência. Na verdade, como a proteção constitucional à privacidade antecedeu as possibilidades técnicas de acesso e manipulação dos dados a partir das redes digitais, há um evidente vazio legal que aparentemente deixa os internautas brasileiros indefesos. Desde 1996, porém, tramitaram tanto no Senado quanto na Câmara Federal projetos de lei visando regular a prestação de serviço por redes de computadores, assegurar a privacidade dos usuários, combater os delitos informáticos e normatizar a veiculação da pornografia. Entretanto, sua leitura sugere muito mais uma preocupação em proteger o Estado e as empresas contra os *hackers* do que a inviolabilidade do cidadão comum. Tanto assim que um deles, o projeto de lei nº 84, de 1999, do deputado Euiz Piauhyllino, propõe, no art. 16:

"Nos crimes definidos nesta lei somente se procede mediante representação do ofendido, salvo se cometidos contra o interesse da União, Estado, Distrito Federal, Município, órgão ou entidade de administração direta ou indireta, empresa concessionária de serviços públicos, fundações instituídas ou mantidas pelo poder público, serviços sociais autônomos, instituições financeiras ou empresas que explorem ramo de atividade controlada pelo poder público, casos em que a ação é pública incondicionada".<sup>44</sup>

Ora, pode-se imaginar que o cidadão comum dificilmente terá sequer a possibilidade de descobrir que foi ofendido...

Suponhamos por exemplo que um grande banco privado brasileiro se associe a um provedor global de acesso à Internet. A parceria será evidentemente anunciada como um ganho para os clientes, que poderão contar com serviços mais ágeis, tecnologias mais avançadas etc. Mas como não pensar que os milhões de clientes do banco são um ativo interessantíssimo para um provedor que acaba de aportar no país? Como não pensar na potencial sinergia do cruzamento de seus cadastros com o banco de dados do provedor? Como não imaginar que essa soma de 1 + 1 é igual a 3, dada a proliferação de novos negócios que ela pode propiciar? E como acreditar que tanto os clientes do banco quanto os usuários do provedor ficarão sabendo, caso seus dados pessoais sejam usados sem seu prévio consentimento?

---

<sup>44</sup> Projeto de Lei nº 84, de 1999 ([http://infojur.cj.jfsc.br/arquivos/Infor-iTuuca\\_Juridica/Normas/Projef.o\\_de\\_Lei\\_84.hr.ml](http://infojur.cj.jfsc.br/arquivos/Infor-iTuuca_Juridica/Normas/Projef.o_de_Lei_84.hr.ml)).

Num país de capitalismo selvagem como o nosso, no qual a cidadania nem chegou a ser plena e já está em vias de desmanche, é de se suspeitar que nossa vulnerabilidade é grande e será ainda maior. Basta evocar um exemplo, colhido sem esforço: o jornalista Josias de Souza publicou recentemente, na Folha de S. Paulo, que no início deste ano era possível comprar em São Paulo, por apenas R\$ 4 mil, o banco de dados da Receita Federal de 1996, contendo as informações sigilosas de 11,5 milhões de brasileiros — 7,6 milhões de pessoas físicas e 3,9 milhões de empresas! Renda, faturamento, ocupação, ramo de atividade, patrimônio, endereços, números de telefones, tudo vendido em CDs, para festa do marketing e da mala direta. O banco havia sido roubado no início de 1997 dentro da própria Serpro, e ao que tudo indica por funcionários graúdos da empresa.<sup>45</sup> Quem acredita ser possível responsabilizar o Estado por essa gigantesca violação, que em qualquer país sério teria no mínimo provocado uma crise política e o corte de algumas cabeças? Podem os contribuintes exigir um ressarcimento por danos que eles não têm condições de comprovar e muito menos contabilizar, mesmo quando desconfiarem que suas informações estão sendo criminosamente utilizadas?

\*\*\*

O problema é muito mais complexo do que parece e comporta muitas dimensões. Não é só o cidadão que, reduzido à condição de consumidor cativo, fica superexposto e tem a sua privacidade violada. Na verdade, na nova economia a própria existência do indivíduo é posta em questão. Aqueles que processam a sua vida descendo a níveis microscópicos não o concebem mais como sujeitos, mas sim como geradores de padrões informacionais que é preciso manipular; aos olhos de quem opera com o valor do tempo de vida, o indivíduo dissolve-se em fluxos de dados. Entretanto, não é só no plano da informação digital que o indivíduo desaparece — também no plano da genética assistimos à sua desintegração. Pois como observa Paul Virilio, o *individuum*, literalmente o que é indivisível, deixa de sê-lo no plano molecular.

Basta lembrar o caso Moore, estudado por Bernard Edelman em *La personne en danger*. Como se sabe, em 1976, John Moore soube que era portador de um tipo raro de leucemia e foi se tratar no centro médico da Universidade da Califórnia; lá lhe tiraram o baço e, sem seu consentimento, extraíram do material removido uma linhagem de células que foi imortalizada, porque estas continham uma verdadeira mina de ouro para a pesquisa sobre determinadas formas de câncer. Em 1984 as informações genéticas foram evidentemente patenteadas pela equipe médica e em seguida vendidas para o laboratório suíço Sandoz; em 1990, seu valor chegava a algo perto de US\$ 3 bilhões. Descobrimo o que ocorrera, Moore abriu um processo reivindicando o direito às suas células; isto é: reivindicando a "legítima propriedade" sobre seus "bens corporais".

Os advogados dos médicos argumentaram que o DNA das células de Moore não era uma parte sua sobre a qual ele tivesse o poder extremo de dispor durante a sua vida. Comentando o argumento, o jurista francês observa:

"Isto significa que do ponto de vista microbiológico, quer dizer do ponto de vista dos componentes do gene, não haveria mais indivíduo enquanto tal. Para dizer as coisas cruamente, a pessoa humana não existiria nos segredos de suas células.

---

<sup>45</sup> Josias de Souza, "Dados sigilosos da Receita vazaram do Serpro", Folha de S. Paulo, 2/7/2000, p. A-13.

Vejamos o deslocamento: não se trata mais de saber se uma pessoa tem ou não um direito sobre suas células, mas de sustentar que ela não tem existência em suas células. Assim, por um lado, nada se oporia a que elas sejam postas à venda, e por outro, uma vez desprovidas de qualquer personalidade, 'elas não teriam mais proprietário'".

"Na lógica do direito de propriedade", continua Bernard Edelman,

"tal argumento pesava pouco. Com efeito, pouco importava que Moore existisse ou não em suas células, já que era proprietário delas. O direito de propriedade não quer saber se o objeto sobre o qual ele se aplica é o suporte da identidade do proprietário! Pensando bem, esse expediente até tendia mais no sentido do direito de propriedade: pois se no DNA não há nada de humano, é porque a célula é uma coisa e, conseqüentemente, pode ser objeto de propriedade. Portanto, teria sido lógico que o tribunal descartasse esse argumento fazendo valer, precisamente, que o poder extremo de dispor é o direito do proprietário. E no entanto, muito curiosamente, ele recuou diante dessa lógica".<sup>46</sup>

O tribunal considerou que o homem possui o direito imprescritível à sua identidade e pouco importa que esse direito seja protegido pela noção de *privacy* (direito de personalidade), de *property* (direito de propriedade) ou de *publicity* (direito de tirar proveito dos "atributos" da personalidade: voz, imagem etc.) desde que a proteção seja efetiva. No caso Moore o tribunal concluiu que

"um paciente deve ter o poder extremo de controlar o que vai ser de seus tecidos. Admitir o contrário abriria a porta a uma invasão maciça de sua *privacy* e de sua dignidade em nome do progresso médico".

Mas como bem observa Bernard Edelman, tal conclusão, ao reconhecer o direito de personalidade, parece entrar em contradição com o direito de propriedade: "Na lógica da propriedade", escreve o jurista,

"as células são coisas, 'bens mobiliários corporais'. Não é de se espantar então que se possa negociá-las, transferi-las, lucrar com elas. Mas na lógica da *privacy*, as células exprimem a identidade da pessoa. Ora, o homem não pode se vender, sob pena de reduzir-se ao estado do escravo, e as células deveriam ficar fora do comércio jurídico. No entanto, o tribunal parece não ter tido dificuldade alguma em combinar o direito de propriedade com o *right of privacy*. Como compreender essa conciliação?".<sup>47</sup>

Edelman demonstra que a possível contradição foi resolvida através do direito de publicidade; este confere ao indivíduo a possibilidade de explorar sua imagem, seu personagem, e permite que seus atributos possam adquirir o valor de um "bem", como uma marca ou uma grife, por exemplo. Em outras palavras: a imagem do indivíduo torna-se um produto relativamente independente da pessoa

---

<sup>46</sup> Bernard Edelman, *La personne en danger*, ca\.. Doctrine Juridique, Paris, Presses Universitaires de Fmcc, 1999, pp. 298-9.

<sup>47</sup> *Ibidem*, pp. 299-300

que ela representa: de um lado, conserva algo de sua origem, de outro, leva sua vida comercial de modo independente. Assim, o tribunal tratou as informações genéticas de Moore como a imagem — suas células são ao mesmo tempo a pessoa enquanto *privacy* e a pessoa enquanto *publicity*, isto é, enquanto pessoa que pode ser comercializada. Por isso Edelman concluirá que o tribunal resolve a contradição denegando-a:

"O direito de propriedade sobre os produtos de seu corpo constitui o corpo como escravo; em contrapartida, a pessoa não é senão o que permite ao sujeito colocar-se em regime de exploração. O *right of publicity* está prestes a absorver o *right of privacy*; o mercado absorve a subjetividade".<sup>48</sup>

Traduzido em informação digital e genética, o indivíduo torna-se divisível, ou, para usar o termo empregado por Gilles Deleuze, "dividual". O sujeito não é mais modelado de uma vez por todas, mas sim permanentemente modulado, segundo uma nova lógica de dominação que nos faz passar da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, segundo a expressão cunhada por William Bur-roughs e emprestada por Deleuze.

É interessante observar como para o filósofo a passagem de uma sociedade a outra se expressa como crise dos espaços fechados, inclusive o espaço doméstico e a "interioridade" do indivíduo, como abertura dos grandes meios de confinamento que haviam sido estudados por Foucault, e a sua substituição por novas formas de controle aberto. "As sociedades disciplinares", escreve Deleuze,

"têm dois pólos: a assinatura que indica o indivíduo, e o número de matrícula que indica sua posição numa massa. É que as disciplinas nunca viram incompatibilidade entre os dois, e é ao mesmo tempo que o poder é massificante e individuante, isto é, constitui num corpo único aqueles sobre os quais se exerce, e molda a individualidade de cada membro do corpo [...]. Nas sociedades de controle, ao contrário, o essencial não é mais uma assinatura nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por palavras de ordem (tanto do ponto de vista da integração quanto da resistência). A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se 'dividuais', divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou 'bancos'".<sup>49</sup>

Esta conferência teve por título "Limites e rupturas na esfera da informação". Mas agora, terminando de escrevê-la, dou-me conta que este é impróprio. Diversas rupturas operadas na esfera da informação foram aqui apontadas; entretanto, não posso dizer o mesmo dos limites. Muito ao contrário, creio que o poder de intervenção da tecnociência e da economia sobre o corpo e a mente do indivíduo, e até mesmo sobre a própria natureza humana, parece ilimitado.

**SANTOS, Laymert Garcia dos. Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo: Ed. 34, 2003.**

---

<sup>48</sup> Ibidem, p. 302.

<sup>49</sup> Gilles Deleuze, *Conversações*, trad. de Perer Pál Pelbart, São Paulo, Editora 34, 1992, p. 222.